

Orçamento da saúde mantido

CASSADA LIMINAR QUE DETERMINAVA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA A SAÚDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

O Orçamento do Governo do Distrito Federal para a saúde não terá que ser modificado. O desembargador federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira cassou ontem a liminar que determinava o repasse orçamentário de R\$ 117.875.031,00 em favor do Fundo de Saúde do DF por entender que só na regular instrução se poderá chegar a juízo seguro sobre o desvio apontado em ação proposta por três procuradores do Ministério Público.

O procurador geral do Distrito Federal, Miguel Faraje, disse que a decisão restabelece a ordem pública, "uma vez que a liminar precipitada caracterizava uma ingerência do judiciário em decisão que cabe ao executivo". Faraje explicou que uma transferência como a determinada pela liminar, além do prazo muito curto de dez dias, teria influência sobre as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual os governadores e prefeitos devem obediência, e da Lei de Normas e Execução Financeira, entre outras.

Em sua decisão, o desembargador Barbosa Moreira sustenta que a operação de transferência orçamentária não pode ser feita facilmente. "Cuida-se de operação complexa, dependente quicá de alteração de

legislação orçamentária, e não vislumbro como possa determiná-la uma medida judicial deferida em caráter liminar e, mais ainda, com prazo mínimo de dez dias para cumprimento, sob pena de aplicação de medidas coercitivas", escreveu. "Não obstante possa compreender os bons propósitos da ação intentada, certo é que a solução adotada na decisão agravada trará, para o agravante, transtornos administrativos de toda ordem", afirmou o desembargador.

A ação dos procuradores do Ministério Público pedia, entre outras coisas, a intervenção da União na administração da saúde pública do Distrito Federal. Mas todos os pedidos dos promotores foram negados já na primeira instância de julgamento.

DECISÃO

Visos, etc.

Culde-se do agravo de instrumento interposto pelo Distrito Federal, com pedido de ofício suspensivo, contra decisão proferida nos autos da Ação Cautelar nº 2002.34.00.024861-1, em curso na 8ª Vara da Justiça Federal do DF e proposta pelo M.P.F. e M.P. do D.F.

Tal decisão (fl. 71/88), acolhendo parcialmente o pedido do liminar, determinou ao agravante o imediato repasse orçamentário, em favor do Fundo de Saúde do D.F., no importe de R\$ 117.875.031,00 (cento e dezesseis milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e trinta e um reais), no prazo de dez dias, sob pena de medidas coercitivas.

Deste valor, cerca de R\$ 77.875.031,00 (setenta e sete milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e trinta e um reais) foram remanejados para serem aplicados em outras finalidades públicas, segundo noticiado na decisão impugnada e R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para a Secretaria do Estado de Infra-estrutura e Obras por força da Lei nº 2.930, de 21 de março de 2001.

Não é momento próprio para enfrentar o mérito. As questões colocadas, sobretudo aquelas que envolvem aspectos de natureza fática, reclamam discussão maior, dilação probatória mais ampla.

Só na regular instrução se poderá chegar a um juízo seguro sobre o desvio apontado. E tal poderá ocorrer, quer no âmbito da Ação Cautelar, quer no decurso da instrução da ação ordinária a ser proposta.

De outra parte, dada a natureza das normas que regem a administração e gerenciamento de recursos públicos, não vejo como se possa impor ao agravante o imediato remanejamento, ao Fundo de Saúde do D.F., do valor questionado.

Cuida-se de operação complexa, dependente quicá de alteração de legislação orçamentária, e não vislumbro como possa determiná-la uma medida judicial deferida em caráter liminar e, mais ainda, com prazo mínimo de 10 dias para cumprimento, sob pena de aplicação de medidas coercitivas.

Não obstante possa compreender os bons propósitos da ação intentada, certo é que a solução adotada na decisão agravada trará, para o agravante, transtornos administrativos de toda ordem.

2. Da tal sorte, presentes os requisitos do art. 559 do CPC, DEFIRO o ofício suspensivo pleiteado até o pronunciamento definitivo da Turma.

3. Comuniquem-se ao juízo a que, solicitando as devidas informações (art. 527, IV, CPC).

4. Intimo(m)-se o(s) agravado(s) para resposta (art. 527, V, CPC).

5. Após, ao M.P.F., para parecer.

Int. Dit. Inglês.

Brasília, 27 de agosto de 2007.

DES. FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
RELATOR

FAC-SÍMILE da decisão do juiz Luiz Gonzaga a favor do GDF